



ACÓRDÃO Nº585/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10954/2015.

Apensos: Processo nº 11809/2015.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: CARLOS ALEXANDRE FERREIRA SILVA

4- Advogado: Ana Lúcia Salazar de Sousa - OAB/AM nº 7173 e Francisco Rodrigo de Menezes e Silva - OAB/AM nº 9771

5- Procurador oficiante do processo: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral de Contas.

6- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Embargos de Declaração.

Conhecimento. Não Provimento. Determinação.

7- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 7.1. Conhecer** os presentes Embargos de Declaração com pedido de Efeitos Infringentes interpostos pelo **Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva**, Prefeito do Município de Parintins à época, em face do Acórdão nº 25/2018–TCE–Tribunal Pleno;
- 7.2. Negar Provimento** aos presentes Embargos de Declaração com pedido de Efeitos Infringentes interpostos pelo **Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva**, Prefeito do Município de Parintins à época, em face do Acórdão nº 25/2018–TCE–Tribunal Pleno, em razão da inexistência de omissão e/ou obscuridade na decisão recorrida (art. 59, III, c/c art. 63 da Lei nº 2423/1996 e art. 148 da Resolução TCE/AM nº 04/2002);
- 7.3. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO que cientifique o **Sr. Carlos Alexandre Ferreira Silva** acerca do *decisum*, nos termos do *caput* do art. 161 da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM.

8- Ata: 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

9- Data da Sessão: 18 de Setembro de 2018

10- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho



ACÓRDÃO Nº585/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

11- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral